



## Resposta à consulta pública ao projecto de decisão “Evolução da rede TDT”

A ANACOM informou através de deliberação de 8 de Março de 2013 da sua intenção de adoptar o quinto cenário proposto a consulta pública ou seja, a transformação da actual rede SFN do Continente numa rede MFN constituída por pequenas redes de SFN. Embora lamentando o facto de a ANACOM não ter dado resposta a várias das questões por si levantadas na anterior consulta, o blogue TDT em Portugal não deixa de participar na presente consulta enviando as suas posições, críticas, sugestões e recomendações.

### Disponibilidade de espectro

A ANACOM refere que existem redes DVB-T planeadas e disponíveis mas continua a não informar quais os canais radioeléctricos actualmente disponíveis para além das frequências divulgadas no anexo 1 do projecto de decisão. Como alertamos na consulta, importa salvaguardar capacidade de expansão da rede para emissões de âmbito nacional, regional e local. Seria fundamental conhecer o impacto da decisão adoptada no espectro disponível. Também não se compreende o eterno silêncio a propósito da televisão regional e local. Questionado, o regulador garante haver espectro mas nada mais adianta. Sem se informar quais as frequências disponíveis e os âmbitos de cobertura, na prática, é como se esse espectro não existisse. Nesta matéria a ANACOM parece adoptar uma posição, não de regulador, mas sim de condicionador das telecomunicações. Entretanto, sem espectro atribuído ou a concurso para emissões de televisão regional e local, tomam-se decisões que podem afectar decisivamente a viabilidade das mesmas e assiste-se ao nascimento e introdução de canais regionais apenas nas redes de televisão por subscrição, de âmbito nacional!

### Planeamento da rede e prevenção de interferências com a TDT espanhola

Relativamente à preocupação manifestada pelo blogue TDT em Portugal a propósito da possibilidade de interferências provocadas por emissões de TDT Espanhola em várias zonas de Portugal, a ANACOM considerou «*não se afigurar que tal cenário venha a ocorrer*». Não querendo duvidar da capacidade de avaliação de risco do regulador, o autor do blogue TDT em Portugal recorda os problemas cíclicos de interferências nas emissões da TVI captadas na região de Aveiro a partir do emissor do Monte da Virgem, provocados pelo emissor da TVG localizado em Tui. Ambos emissores utilizavam a mesma frequência (canal 44), sendo frequentes no Verão fortes perturbações nas emissões da TVI, e isto apesar do emissor da TVG ter uma potência declarada de apenas 4KW PAR. Esta situação foi aliás demonstrada através de um vídeo<sup>1</sup> disponibilizado pelo blogue TDT em Portugal em 2008. A ser activada na Galiza a emissão de TDT através do canal 46 (como está previsto), é **previsível** que nos períodos de propagação mais intensa essa emissão venha a afectar a recepção da TDT portuguesa em parte

<sup>1</sup> [http://www.youtube.com/watch?v=f35hnM6\\_VJg&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=f35hnM6_VJg&feature=player_embedded)

do distrito de Aveiro, se for utilizado o canal 46 em alguns dos emissores do distrito como pretende a ANACOM. Uma vez que a ANACOM também havia autorizado a emissão no referido canal 44, quando o fez certamente também não previu (ou menosprezou) as possíveis interferências do referido emissor espanhol, e no entanto foi precisamente isso que se veio a verificar.

### Eliminação dos emissores SFN co-localizados com a rede *overlay*

O blogue TDT em Portugal lamenta a ausência de decisão relativamente à eliminação dos três emissores SFN (canal 56) co-localizados com os emissores da rede em *overlay*, e em especial do emissor localizado na Lousã (Trevim). A ausência de decisão surpreende, tanto mais após o próprio regulador já ter reconhecido<sup>2</sup> o potencial de geração de interferência destrutiva dos mesmos. Como referido no contributo enviado, o referido emissor está a uma cota de 1200 metros, tem uma potência PAR declarada de 750W e um diagrama de radiação praticamente **omnidireccional**. Logo, o seu potencial de interferência destrutiva na rede SFN é elevado, mesmo se for aplicado *tilt* nas antenas emisoras. Em condições **normais** de propagação o sinal deste emissor pode alcançar sem dificuldade bastante a norte da cidade de Aveiro, naturalmente já **fora** do Intervalo de Guarda.

O regulador também não informou se a instalação do referido emissor no Trevim (SFN C56) constava do plano técnico apresentado pela PTC na fase de concursos ou foi posteriormente autorizado<sup>3</sup>. Igualmente, a respeito das alterações de potência levadas a cabo durante 2012 em inúmeros emissores TDT.

### Grau de disponibilidade da rede de transporte e difusão

Quanto à questão levantada a propósito do grau de disponibilidade final da rede de transporte e de difusão, que exige ao operador da rede DVB-T um valor não inferior a 99,9906% do tempo para um período de 2 anos, surpreende o esclarecimento da ANACOM, que informa que o mesmo «*é avaliado ao nível da emissão, contribuindo para a sua definição o tempo médio entre falhas das estações emisoras e o tempo médio de reposição do serviço das estações emisoras. Nestas circunstâncias, este tipo de disponibilidade não se pode aplicar ao nível da recepção*». Ora, depreende-se pela resposta da ANACOM que para esta entidade, basta a emissão estar no ar, independentemente da qualidade técnica da mesma, para se considerar cumprida a referida disponibilidade de sinal! Esta interpretação obviamente que compromete seriamente a utilidade prática desta exigência contratual, pois deixa de fora vários tipos de problemas técnicos que podem afectar ou impedir mesmo a recepção da emissão. Não está definido o que é considerado “falha”. Quando considera o regulador que uma emissão está em falha? Será quando a potência à saída das antenas de um dado emissor é zero, ou pressupõe uma quebra de determinado valor na potência? O regulador não estabeleceu um critério! Uma vez que Portugal utiliza maioritariamente SFN, é essencial assegurar o perfeito sincronismo dos emissores. Se ocorrer uma avaria que provoque falhas de sincronismo num emissor, esse emissor comporta-se como interferente perante a rede<sup>4</sup>, podendo impedir a correcta recepção numa vasta área. No entanto, apesar da óbvia falha técnica, pelo critério do regulador a disponibilidade da rede não seria afectada! Mais uma vez o regulador não foi suficientemente rigoroso na definição de uma exigência contratual.

---

<sup>2</sup> «...é nossa convicção [ANACOM] que a sua eliminação [Lousã, Montejunto e Monte da Virgem] será mais vantajosa em face do potencial de redução das situações de autointerferência» - CP cenários evolução rede TDT

<sup>3</sup> Durante muito tempo foi informado que não seria instalado emissor TDT no Trevim.

<sup>4</sup> <http://tdt-portugal.blogspot.pt/2011/12/tdt-falhas-emissao-emissor-rede.html>

## Monitorização da rede

O blogue TDT em Portugal lamenta a ausência evidente de dados sobre a monitorização do sinal TDT, decorridos já dois anos após a data limite para a obrigação de cobertura consoante o DUF. Esta ausência de dados que permitam avaliar a rede é tanto mais grave tendo o *switch-off* ocorrido há já um ano e tratando-se de rede SFN que, tal como o regulador reconhece, é mais exigente, complexa e sujeita a mais constrangimentos que as redes do tipo MFN. Estranha-se a ausência de qualquer menção, quer no documento a consulta pública quer no respectivo relatório, da intenção da ANACOM instalar uma rede nacional de sondas para a monitorização do sinal TDT<sup>5</sup>. Presume-se que o regulador esteja desta forma a tentar colmatar a falta de dados de monitorização o que, aparentemente, seria uma obrigação do operador da rede. Da mesma forma, não deixa de ser surpreendente que o regulador tenha tomado decisões que implicam alterações profundas na rede de difusão (embora em parte suspensas no tempo) sem antes possuir dados que permitam a sua correcta avaliação.

## O custo das opções tomadas

O blogue TDT em Portugal considera inquestionável o facto de praticamente todas as decisões tomadas a respeito da Televisão Digital Terrestre, mais cedo ou mais tarde, se terem revelado erradas:

- Opção por uma oferta *Free-To-Air* minimalista, com apenas um novo canal (generalista) e um canal HD temporário e partilhado entre os operadores já existentes. Ambos falharam.
- Opção por rede SFN alegando ser necessária devido à TDT paga. A eventual alteração da frequência de alguns emissores/retransmissores analógicos teria certamente ficado mais barata que a solução agora proposta e permitido utilizar MFN desde o início<sup>6</sup>. Resultado? Logo após o concorrente Airplus Portugal ter desistido do recurso jurídico (confirmando dessa forma a vitória da PTC), a PTC fala em alteração de circunstâncias de mercado e anuncia oficialmente a sua desistência alguns meses mais tarde. Não há pois oferta de TDT paga e os muxes B-F pura e simplesmente “desapareceram”. Mas haverá sim novos custos com a alteração da rede a suportar pelo Estado e pelos consumidores.
- Divulgação tardia da TDT, de informação sobre a disponibilidade do sinal, de alertas quanto à maior exigência de qualidade e cuidados com os sistemas de recepção e o falhanço do programa de certificação de equipamentos. Resultado? O próprio regulador só muito recentemente chegou à conclusão de que a maioria dos problemas de recepção reportados tem origem em deficiências nos sistemas de recepção.
- Favorecida a compressão MPEG-4<sup>7</sup> para todos os Muxes, o que permitiu aumentar a capacidade de programas por Multiplex e, no entanto, os Muxes B,C,D e F nunca foram activados e 30% da capacidade do Mux A ainda hoje continua por utilizar, percentagem que ainda seria maior não fosse a utilização de *bitrates* por programa elevados e, mais recentemente, a introdução forçada da ARTV<sup>8</sup>. Recordar-se que as STB

---

<sup>5</sup> Apesar das datas das duas decisões estarem separadas apenas por três dias.

<sup>6</sup> Outros países com muitos mais canais analógicos foram capazes de planear e implementar redes MFN a par com as redes analógicas.

<sup>7</sup> <http://tdt-portugal.blogspot.pt/2008/10/tdt-portuguesa-em-mpeg4.html>  
<http://tdt-portugal.blogspot.pt/2008/12/tdt-portuguesa-em-mpeg-4-prs-e-contras.html>

<sup>8</sup> Que alegadamente tem apenas uma média diária de 200 telespectadores.

MPEG-4 do tipo *zapper* tinham em 2009 um PVP aprox. de 150-190 Euros<sup>9</sup>, só tendo atingido valores compatíveis com a massificação do serviço já muito próximo do *switch-off*. Isto (sem uma forte subsidiação) era naturalmente incompatível com o que se pedia no concurso: a **rápida massificação da TDT**<sup>10</sup>. Resultado? Protelamento da migração pelos consumidores para as últimas semanas do prazo e o próprio regulador só a escassos nove meses do fim da televisão analógica iniciou o programa de subsidiação à migração<sup>11</sup>. Não deixa de ser irónico que **quatro anos** após o arranque oficial da TDT, a utilização do MPEG-4 ainda não tenha trazido benefício para os telespectadores, mas apenas para os operadores televisivos que pagam consoante o espaço ocupado no Mux. A adopção do MPEG-4 (sem uma política de subsidiação eficaz) foi um factor decisivo para o atraso do processo de migração português. Tendo em conta as consequências de tal decisão, comprova-se que para os telespectadores e contribuintes os custos ultrapassaram largamente os benefícios.

Com a adopção de rede SFN e compressão MPEG-4 houve pois uma enorme poupança de espectro, mas que até á data não beneficiou os consumidores, pelo contrário, aumentou a factura da migração. Tal como o blogue TDT em Portugal cedo e repetidamente alertou<sup>12</sup>, devido ao enorme atraso do processo de migração, comprovou-se que não existiam condições para efectuar o *switch-off* das emissões analógicas nas datas propostas. Não obstante, Governo e regulador avançaram para os “apagões” sem haver um período mínimo aceitável de teste à rede TDT, com as consequências conhecidas.

Tomo a liberdade de partilhar um comentário que publiquei<sup>13</sup> em 12/01/2012:

*«Como a migração está a ser feita, sem estarem realmente reunidas as condições, daqui a pouco tempo as reclamações sobem em flecha e lá vêm as reportagens das TV's a atirar as culpas para o sinal TDT, quando a maioria das situações são problemas no sistema de recepção. Claro que isso só vai empurrar mais pessoas para o M\*O e a Z\*N. É a cereja no topo do bolo para as operadoras pagas!»*

Também relativamente à questão dos custos da alteração da rede não houve resposta directa por parte da ANACOM. No entanto, depreende-se que os mesmos ficarão **a cargo do Estado**, ou seja dos contribuintes. Feita uma análise custo/benefício é inquestionável que a TDT ficará caríssima aos portugueses!

Há dados suficientes para concluir que em matéria de TDT o regulador e os governantes responsáveis tomaram as decisões erradas, com prejuízo para o Estado e para os cidadãos ou seja, com prejuízo do interesse público. Houve grande falta de razoabilidade e senso comum, (desrespeito mesmo) na tomada das decisões mais importantes. Isto contrasta com o acautelamento dos interesses dos operadores de telecomunicações, como tem sido o caso dos denominados dividendos digitais<sup>14</sup>. Havendo que reconhecer que nessa matéria as decisões

---

<sup>9</sup> Em 2009, ano do lançamento oficial da TDT, os preços das caixas adaptadoras TDT MPEG-2 mais acessíveis já tinham um PVP aprox. de 30 Euros.

<sup>10</sup> Segundo o regulamento do ICP-ANACOM n.º 95-A/2008 foi o critério a que foi atribuído maior peso (38%).

<sup>11</sup> O processo de subsidiação só arrancou em Abril de 2011.

<sup>12</sup> Por exemplo: <http://tdt-portugal.blogspot.pt/2010/06/tdt-dvb-t-portugal-plano-switch-off.html>  
<http://tdt-portugal.blogspot.pt/2010/12/tdt-portugal-switch-off-desligamento.html>

<sup>13</sup> <http://tdt-portugal.blogspot.pt/2012/01/tdt-portugal-apagao-palmela-switch-off.html>

<sup>14</sup> Em Portugal e ao contrário da esmagadora maioria de países não se traduziram em qualquer proveito para os telespectadores, pois apenas deram lugar a serviços pagos (4G/LTE).

são tomadas com diligência e precaução, mas em sacrifício do serviço de Televisão Digital Terrestre.

Se fizermos um balanço do que é a TDT portuguesa e, apesar da baixa expectativa inicial para a componente *Free-To-Air*, ele só pode ser negativo. Estado, regulador, operador da rede e operadores televisivos são os principais responsáveis pelo estado terceiro-mundista da TDT portuguesa.

### Os problemas de recepção, a falta de informação e conflitos de interesses

Durante a fase de migração, as campanhas de divulgação (da responsabilidade ou sob supervisão da ANACOM) descuraram a importância do bom estado e correcta orientação dos sistemas de recepção dos utilizadores. Este aspecto, de **importância acrescida** dado utilizar-se rede do tipo SFN, foi ignorado nos *spots* televisivos e minorizado na restante informação à população. A dada altura, tanto o regulador como o operador da rede divulgaram informação susceptível de induzir em erro os consumidores<sup>15</sup>, tendo o blogue TDT em Portugal prontamente alertado para estas situações. Tendo a ANACOM informado ter detectado nas suas deslocações ao terreno que a grande maioria dos problemas de recepção são devidos a deficiências nas instalações de antena, lamenta-se que a mesma não tenha ainda adoptado uma estratégia de informação/comunicação ao público assente na televisão. Tendo as televisões divulgado já várias peças jornalísticas a respeito de situações de alegadas dificuldade de recepção da TDT, estranha-se que o regulador não seja ouvido ou solicite ser ouvido a respeito deste assunto junto das mesmas.

Não será também de todo despropositado questionar o real interesse das televisões no bom funcionamento da TDT quando todas (incluindo o operador público) apostam em lançar novos canais apenas nas redes de televisão por subscrição. Não deverá ser esquecido que um dos canais não transmitiu a primeira campanha de divulgação da TDT, tendo alegadamente recusado<sup>16</sup> a fazê-lo. À medida que diminui a percentagem de lares que apenas dependem da TDT, naturalmente que para os operadores cada vez fará menos sentido continuar a suportar os custos de emissão na plataforma. Teme-se que tenhamos já atingido um ponto de não retorno em que, devido às más opções tomadas, os intermináveis custos da migração e a consequente insatisfação com o serviço, leve a médio prazo à pressão por parte dos operadores de televisão para o abandono puro e simples da plataforma TDT, transferindo **mais uma vez** para os telespectadores os custos de uma opção pela qual são alheios. O silêncio de um dos operadores de televisão na última consulta pública é aliás mais um sinal revelador do desinteresse pela Televisão Digital Terrestre.

### O papel do regulador

Segundo informação da própria, fazem parte das atribuições do ICP-ANACOM:

*Promover a concorrência e **defender os interesses dos cidadãos**, garantindo a prestação de informações claras e a transparência nas tarifas e nas condições de utilização dos serviços.*

*Assessorar o Governo, a pedido deste ou por iniciativa própria, na definição das linhas estratégicas e das políticas gerais das comunicações e da atividade dos operadores de*

---

<sup>15</sup> Como foi o caso, por exemplo, das recomendações sobre antenas compatíveis com o serviço de TDT.

<sup>16</sup> Informação do blogue TDT em Portugal (28/05/2011) e Correio da Manhã (21/07/2011).

*comunicações, **sugerindo ou propondo medidas de natureza política ou legislativa nas matérias relacionadas com as suas atribuições, e participar na definição estratégica global de desenvolvimento das comunicações, nomeadamente no contexto da convergência, realizando os estudos para o efeito necessários.***

A falta de uma oferta alargada de canais, como o blogue TDT em Portugal vem reclamando desde 2009, é a principal causa dos problemas actuais da TDT portuguesa. Com uma oferta alargada de canais a migração teria sido progressiva e a dimensão dos problemas na rede de transporte e difusão teria sido conhecida há muito<sup>17</sup>, permitindo tomar medidas correctivas de forma atempada. A ANACOM deveria tomar uma posição pública sobre o assunto e **recomendar** ao Governo o alargamento da oferta de canais. Recordamos algumas iniciativas como a Petição pública<sup>i</sup> e a carta ao MAP<sup>ii</sup>, ambas da autoria do blogue TDT em Portugal e a disponibilidade<sup>iii</sup> na altura demonstrada pela ANACOM para o aumento da oferta de canais.

Não se compreende o(s) motivo(s) porque, apesar de terem falhado a introdução do 5º Canal e do Canal HD, a ANACOM nunca emitiu recomendação a respeito do aumento da oferta de canais em acesso livre na TDT tendo apenas demonstrado disponibilidade para tal<sup>18</sup>.

Também incompreensível é o silêncio do regulador a respeito da Televisão regional e local. Infelizmente, a actuação da ANACOM é mais de uma entidade condicionadora ou bloqueadora do que uma entidade reguladora.

## A ausência de desenvolvimentos a respeito de TV regional e local

O blogue TDT em Portugal lamenta que, decorrido já um ano após o *switch-off* das emissões de televisão analógica, a ANACOM não tenha ainda divulgado quaisquer planos quanto à possibilidade de licenciamento de emissões de televisão regional e local, nem tão pouco esclarecido (sem qualquer justificação) a respeito do espectro efectivamente disponível para essas emissões, mesmo após ter sido directamente questionado.

O blogue TDT em Portugal considera inquestionável que as políticas seguidas relativamente à televisão e em particular à Televisão Digital Terrestre são erradas e lesivas dos interesses do país e dos cidadãos. As opções tomadas pelos responsáveis pelo sector ameaçam o próprio futuro das radiocomunicações em Portugal. O blogue TDT em Portugal alertou<sup>19</sup> já os responsáveis políticos de que é do **interesse nacional** ter-mos uma rede de difusão televisiva terrestre abrangente e fiável, algo que naturalmente está em perigo quando por acção ou inacção se afastam os telespectadores da TDT. As fragilidades de outras redes têm ficado bem patentes após recentes intempéries e calamidades naturais, deixando várias populações sem o serviço básico de televisão durante vários dias ou até mesmo semanas.

## O monopólio das emissões televisivas

Em Portugal, como é sabido, existe um **monopólio** da emissão de televisão por via terrestre e começa a antever-se já um também quase monopólio da distribuição do sinal em redes fechadas. A alteração destas opções e a remoção dos obstáculos ao livre funcionamento do sector só favoreceria o país. Um balanço honesto da introdução da Televisão Digital Terrestre em Portugal não poderia deixar de originar a **revisão** destas opções.

---

<sup>17</sup> O blogue TDT em Portugal [alertou](#) para a inevitabilidade dessa situação logo em Junho de 2010!

<sup>18</sup> Em resposta à Petição do blogue TDT em Portugal (nota iii).

<sup>19</sup> Em carta dirigida ao MAP (nota ii).

## A solução adoptada para a rede TDT não é isenta de riscos

Alerta-se o regulador para o facto da decisão de transformação da rede SFN nacional em MFN's de SFN's não constituir solução para todos os problemas de recepção do sinal TDT. As dificuldades de recepção têm causas múltiplas já abordadas<sup>20</sup> pelo blogue TDT em Portugal e não são apenas consequência de fenómenos de propagação. Devido ao tamanho das áreas MFN definidas e porque no seu interior continuam em operação redes SFN, continuam a impor-se especiais precauções quanto à potência dos emissores, diagramas de radiação e sincronismo (*offset* temporal). É essencial que as simulações de cobertura utilizem modelos de propagação adequados aos *sites* e respectivas áreas de serviço, salvaguardando todas as condições de propagação. A não observância destas precauções teria consequências nefastas pois desaparecerá a rede (alternativa) MFN "pura" e continuariam os problemas de recepção associados à utilização de rede SFN.

## Recomendações

O blogue TDT em Portugal recomenda:

1. Que o período que medeia entre a instalação/activação do emissor principal e a activação da nova frequência nos vários emissores de cada área servida por esse emissor principal (alínea b ponto 3.1 do projecto de decisão) seja o mais curto possível, a fim de que os instaladores e os telespectadores possam avaliar o mais rápido possível as opções de recepção.
2. Que o período de *simulcast* referido na alínea b no ponto 3.1 do projecto de decisão seja definido relativamente ao último emissor a alterar em cada uma das áreas constantes do anexo 1, e de duração adequada. Ou seja, salvaguardando um período de *simulcast* mínimo adequado para todas as localidades.
3. Que a contagem dos períodos de *simulcast* seja iniciada apenas após avaliação e validação técnica da rede no terreno pelo regulador.
4. Que o regulador indique à PTC quais os emissores afectos a cada uma das adjudicações/áreas constantes do anexo 1, pois o documento não permite identificar sem margem para dúvida se alguns emissores fazem parte de uma área ou outra.
5. Que a densificação sequencial da rede em cada uma das adjudicações (3ª fase do projecto) seja faseada de forma a permitir a reutilização sucessiva dos equipamentos nas fases (áreas) seguintes, diminuindo desta forma significativamente o custo da operação para o Estado. Também, dado que nos sites de transmissão existe redundância de equipamentos e os *simulcasts* serão naturalmente temporários, o regulador deverá ponderar decidir a afectação de alguns desses meios (como moduladores e amplificadores) para a nova frequência a activar nas várias zonas. Conseguir-se-ia dessa forma uma poupança adicional se se aceitar o risco inerente à perda de alguma capacidade de *backup*.
6. O lançamento de uma campanha de informação à população a respeito das novas frequências de sintonia da TDT, pelo menos nos canais de televisão FTA e rádios públicas.

---

<sup>20</sup> <http://tdt-portugal.blogspot.pt/2011/12/tdt-falhas-emissao-emissor-rede.html>

7. Que o conteúdo da dita campanha de informação seja provida de informação e duração adequadas.
8. A desactivação o mais rápida possível, preferencialmente já na 1ª fase referida no projecto de decisão e o mais tardar até ao final do período de *simulcast* referido no ponto 1, dos emissores da rede SFN (C56) localizados na Serra da Lousã (Trevim) e Monte da Virgem. Tal deverá ocorrer após adequada informação à população.
9. A divulgação pública de informação a respeito do número de redes e respectivas frequências actualmente disponíveis para Portugal para emissões DVB-T de âmbito nacional, regional e local.
10. A divulgação pública da data ou momento para quando está planeada a disponibilização a concurso de novas redes DVB-T de âmbito nacional.
11. A divulgação pública da data ou momento para quando está planeada a disponibilização a concurso de redes ou frequências para emissões regionais e locais de DVB-T.

A maioria dos problemas da Televisão Digital Terrestre tiveram a sua génese na fase dos concursos, não tendo regulador e Governo acautelado devidamente os interesses dos cidadãos. Importa pois que a ANACOM exerça o máximo cuidado, rigor e clareza nas suas decisões para que não sejam alvo de dúvidas, má interpretação, distorção ou disputa por parte de quem tem de as cumprir.

Notas e anexos:

---

**<sup>i</sup> Petição Pela emissão da RTPN e RTP Memória na TDT em canal aberto (06/2009):**

Exmo. Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações,

Os signatários vêm solicitar a sua atenção para os seguintes factos:

1. A 29 de Abril do corrente ano arrancaram em Portugal as primeiras emissões oficiais de televisão digital terrestre (TDT).
2. Portugal é dos últimos países europeus a iniciar o processo de transição do sistema de televisão analógica para o sistema de televisão digital terrestre.
3. Segundo recomendação da Comunidade Europeia e já regulado pelo Governo, o encerramento das emissões de televisão analógica será em Abril de 2012.
4. O concurso que atribuiu a licença de exploração do Mux A ou seja, da TDT de acesso não condicionado livre (canais gratuitos), salvaguardou espaço para a difusão de um canal em alta definição e de um 5º canal generalista em definição standard.
5. O concurso para a atribuição da licença do 5º canal terminou sem vencedor. Aliás, os dois únicos candidatos foram chumbados pela ERC.



- 
6. O canal em alta definição, que deveria transmitir programação dos canais públicos e privados nunca se materializou devido à falta de acordo entre os canais.
  7. Como foi reconhecido por responsáveis do Governo, a existência de uma oferta televisiva para além dos quatro canais actuais seria um factor extremamente importante para assegurar o sucesso da televisão digital terrestre e um apoio muito significativo na fase de transição. Esta, aliás, tem sido a estratégia seguida por vários outros países em que, por exemplo, os operadores públicos disponibilizaram novos canais temáticos na plataforma de TDT.
  8. Não se perspectiva a breve prazo uma alteração da situação de impasse em que o 5º canal e o canal de alta definição se encontram.
  9. Em 2004, aquando do lançamento dos canais RTPN e RTP Memória, foi dada como justificação para a sua não difusão na rede analógica de televisão a falta de espectro (espaço) radioelétrico. Os canais ficaram disponíveis apenas nas plataformas de canais pagos.
  10. Actualmente existe espectro (espaço) livre no Mux A para a difusão de, pelo menos, mais dois canais em definição standard.

Pelo exposto, vimos solicitar:

A difusão dos canais RTPN e RTP Memória em sinal aberto no espaço livre do Mux A da TDT.

Lisboa, 17 de Junho de 2009

Os Peticionários

ii **Carta enviada ao MAP (08/2011):**

Exmo. Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares,

Como cidadão interessado e autor do Blogue TDT em Portugal, um espaço de cidadania que desde 2008 acompanha a evolução da introdução da televisão digital terrestre no nosso país, enquanto observador, conhecedor e estudioso destas matérias, tomo a liberdade de lhe transmitir alguns dados.

Como conhecedor das potencialidades da tecnologia DVB-T e do bom uso que á mesma é dada em tantos outros países, em prol de todos os cidadãos, não posso em consciência ficar em silêncio enquanto o meu país desperdiça uma oportunidade de evoluir. Pretendo desta forma contribuir para que o Governo tome as decisões mais acertadas relativamente a esta matéria.

A poucos meses da data prevista para o início do desligamento dos principais emissores de televisão analógica, a situação de atraso e impasse em que a TDT portuguesa se encontra é evidente. Poucos cidadãos fizeram já a migração para a TDT. Os últimos dados oficiais conhecidos apontam para uma taxa de apenas 1,1% entre os portugueses sem televisão paga, valor que à presente data não deverá ser significativamente superior. Os motivos deste atraso são essencialmente quatro:

- Ausência de factores de motivação relevantes;
- Falta de informação e de promoção;
- Custos envolvidos na transição;
- Indisponibilidade de sinal em algumas zonas.

Todos estes factores contribuem para o atraso português na migração para a televisão digital terrestre. Existem várias contradições entre o discurso oficial até à data, o que foi prometido e a realidade no

---

terreno. Contudo, por ser a ausência de novos programas na TDT a causa principal deste atraso, é sobre a mesma que me irei focar.

A oferta dos dois canais adicionais que a TDT iria “oferecer” (5º Canal e Canal HD) não se materializou. Apesar de ter sido reconhecida a importância fundamental destes canais para motivar a migração voluntária para a TDT<sup>1</sup>, e apesar do falhanço de ambos, o Governo anterior não tomou qualquer medida para providenciar alternativas.

Na generalidade dos países, em todos os continentes, a televisão pública tem aproveitado as potencialidades da TDT para (a custos reduzidos) melhorar substancialmente o serviço público prestado, lançado novos canais temáticos de acesso livre (FTA): canais infantis, de história, educativos, desporto, etc. Veja-se o exemplo espanhol e Italiano. Em Portugal, mesmo sem o 5º Canal generalista e sem o Canal HD, a RTP fez saber (através da posição da CPMCS) que considera não serem viáveis mais canais na TDT<sup>2</sup>. Uma posição no mínimo estranha, sobretudo se considerarmos uma afirmação anterior da própria RTP:

*«A exemplo de outros países e das experiências mais recentes de TDT na Europa, o papel do serviço público de televisão (e concretamente as exigências em matéria de inovação e de cobertura universal de Portugal) pode ser decisivo para um switch-off mais rápido, quer através da qualidade e diversidade dos serviços de programas oferecidos, quer ainda pelo desenvolvimento de novos serviços ligados ao desenvolvimento da sociedade da informação (informação, educação, etc.).»*

Mas enquanto a TDT passa incompreensivelmente ao lado do operador público de rádio e televisão, o mesmo anuncia novos projectos a disponibilizar em exclusivo através de operadores de televisão paga (casos da RTP HD e RTP Música). Não deveria ser missão prioritária da RTP fornecer um serviço público e universal de qualidade a todos os portugueses? Não deveria a RTP apostar a TDT?

Recordo que muitos portugueses já se manifestaram publicamente a favor da RTP Memória e da RTP-N (canais classificados de interesse público) em canal aberto, quer através do blogue TDT em Portugal, que foi o autor de uma petição em 2009<sup>3</sup>, quer mesmo através do programa da RTP “A Voz do Cidadão”<sup>4</sup>. O próprio ex-director da RTP Memória defendeu recentemente a emissão do canal em sinal aberto.

Importa realçar que actualmente existe espectro livre suficiente no Mux A para emitir três ou quatro programas adicionais em definição Standard, com qualidade. Actualmente cerca de 30% da capacidade do Mux A é utilizada para emitir o Canal HD que há mais de dois anos nada emite, como é sabido.

Estranhamente, nem tampouco a desistência da oferta de TDT paga, que era considerada importante para o sucesso do processo de transição devido às sinergias criadas, levou a qualquer reformulação da TDT. A TDT portuguesa ficou desta forma reduzida a um único Mux!

Desde o seu arranque oficial em Abril de 2009, não existe portanto qualquer factor diferenciador ao nível de conteúdos na TDT portuguesa. Logo, o incentivo para fazer a mudança é praticamente nulo, sobretudo em zonas de boa recepção do sinal analógico. Enquanto não existir uma oferta suficientemente motivadora ao nível de canais, e em virtude dos custos e transtornos envolvidos, o consumidor irá adiar o mais possível a mudança para a TDT.

Recordo que, também em Espanha a migração para a TDT falhou inicialmente, obrigando ao relançamento da TDT em 2005 com uma oferta alargada de canais *Free-To-Air*. Mas, infelizmente, as autoridades portuguesas parecem nada ter aprendido com as experiências de outros países mais adiantados em matéria de televisão digital terrestre, insistindo numa estratégia sem provas dadas e altamente arriscada como cedo se pôde constatar. Apesar de ter falhado em praticamente todos os níveis, a estratégia incompreensivelmente não foi alterada.

Creio que é de interesse estratégico para o país a existência de uma rede de difusão televisiva terrestre abrangente e fiável. Contudo, perante os sucessivos erros cometidos na implantação da TDT em Portugal, não é de estranhar que haja já mais portugueses a receber televisão por tecnologias alternativas do que por sinal terrestre. É aliás perfeitamente legítimo pensar que por trás do enorme atraso da implantação da TDT em Portugal estão fortes interesses económicos, que nem o anterior

---

Governo nem o regulador conseguiram contrariar. A continuar esta ausência de rumo na TDT, o investimento no melhoramento da rede estará seriamente comprometido, bem como a possibilidade da televisão de âmbito regional, pois será economicamente inviável. Perdem todos os portugueses.

Portugal teimou em ignorar as lições aprendidas a custo por outros países, adoptando uma estratégia errada, com os resultados que são conhecidos. Fundamentalmente, a estratégia seguida não teve em consideração as aspirações e interesses dos consumidores, que são o elemento principal para o sucesso da migração para a televisão digital terrestre.

Em nome do desenvolvimento do país, faço votos que o Governo tome as decisões acertadas, também no que diz respeito à televisão digital terrestre.

Com respeitosos cumprimentos,

Blogue TDT em Portugal

<http://tdt-portugal.blogspot.com>

ANEXOS

Carta dirigida ao MOPTC e MAP em Julho de 2010 com o texto da petição pela emissão da RTPN e RTP Memória na TDT em canal aberto.

Ofício resposta N. 2608 do MOPTC de 11/11/2010.

<sup>1</sup> «...o ICP-ANACOM reconhecia que dois dos pilares fundamentais de incentivo à migração voluntária para a TDT – o 5.º canal e o canal partilhado em alta definição – não se tinham concretizado.» - Decisão relativa à campanha de promoção e informação sobre TDT – ANACOM, 31/03/2011.

<sup>2</sup> «...face ao prazo cada vez mais curto até ao switch-off, à ausência de novos serviços de programas FTA (duvidando aliás a respondente da sua actual viabilidade), à não utilização da possibilidade de emissão HD partilhada e à aparente ausência de oferta de serviços pagos na TDT...» - resposta da CPMCS – relatório da ANACOM de 22/12/2010 sobre o plano de switch-off.

<sup>3</sup> Petição criada em Junho de 2009 e enviada em 8/7/2010, para o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) e para o Ministério dos Assuntos Parlamentares (MAP). - resposta recebida por Ofício do MOPTC nº 2608 datado de 11-11-2010.

<sup>4</sup> Programas emitidos em 11/07/2009 e 30/01/2010:

<http://ww1.rtp.pt/multimedia/index.php?tvprog=21175&idpod=27386&formato=wmv&pag=recentes&escolha=>

<http://ww1.rtp.pt/multimedia/index.php?tvprog=21175&idpod=35009&formato=flv&pag=recentes&escolha=>

**iii Resposta do MOPTC ao pedido de informação sobre a recepção da Petição pela Emissão da RTP Memória e RTP-N na TDT (11/2010):**



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
*Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações*

Ao  
Blog TDT  
[tdtportugal@gmail.com](mailto:tdtportugal@gmail.com)

V/ Referência	Data da V/ Referência	Nossa referência	Data
		Ofº 2608	11-11-2010

**Assunto:** *Petição pela emissão da RTPN e RTP Memória na TDT em Canal Aberto*

Na sequência do assunto supra identificado, incumbe-me S. E. o Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações de acusar a recepção do seu mail de 5 do corrente e informar V. Exa. que, a ponderação e subsequente decisão do preenchimento da capacidade disponível do Multiplex A devem ser efectuados pelo Ministério dos Assuntos Parlamentares, enquanto entidade que tutela a Comunicação Social, e pela ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação, para a qual foi reencaminhada a petição.

Não obstante este Gabinete remeteu ainda a petição para conhecimento do ICP-ANACOM que referiu estar disponível para incorporar no título habilitante as alterações que venham a ser decididas nomeadamente pela tutela da comunicação social.

Com os melhores cumprimentos,

A CHEFE DO GABINETE

  
Ilda Ferreira

PSL/cp

Rua de S. Mamede ao Caldas, 21 - 1149-050 Lisboa

Tel.:21 881 51 00 - Fax:21 886 23 16

É favor mencionar na resposta a nossa referência. Tratar um só assunto em cada carta ou ofício